



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 30 de dezembro de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

Resolução SGGD nº 40, de 27-12-2024

Estabelece os procedimentos para solicitação de licenças médicas previstas nos artigos 15 e 18 do Decreto nº 69.234, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta as Perícias Médicas e a Saúde Ocupacional no Estado.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, à vista do disposto no artigo 75, do Decreto nº 69.234, de 23 de dezembro de 2024,

Resolve:

Artigo 1º - O servidor que necessitar de licença para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família deve requerer, nos termos de orientação a ser expedida pela Diretoria de Perícias Médicas do Estado de São Paulo – DPME, o agendamento pericial.

§ 1º - Para a requisição de que trata o caput deste artigo o servidor deve estar em posse de atestado de afastamento e de saúde que esteja de acordo com os termos da Resolução SGGD nº 24, de 11/07/2024.

§ 2º - No caso de afastamento por motivo de doença em pessoa da família, deve ser apresentado atestado de acompanhamento, nos termos do § 1º da Resolução SGGD nº 24, de 11/07/2024.

§ 3º - A requisição de que trata o caput deste artigo deve ocorrer até o 1º (primeiro) dia útil subsequente ao da expedição de seu atestado médico.

§ 4º - Caberá aos órgãos setoriais e subsetoriais do Sistema de Administração de Pessoal orientar seus servidores sobre os procedimentos a serem adotados para a solicitação de que trata o caput deste artigo.

Artigo 2º - Caso haja a necessidade de realização de perícia médica hospitalar, domiciliar ou fora da sede de exercício do servidor, o atestado deverá conter, além das informações previstas na Resolução SGGD nº 24, de 11/07/2024, a descrição detalhada sobre a impossibilidade de locomoção, para que seja autorizada a sua realização e concessão nos termos do Decreto nº 69.234, de 23 de dezembro de 2024.

Artigo 3º - Caberá à unidade administrativa do servidor observar o prazo previsto no § 4º, do artigo 18, do Decreto nº 69.234, de 23 de dezembro de 2024, sob pena de responsabilização, nos casos de licença por motivo de doença em pessoa da família.

Artigo 4º - Para a aplicação da dispensa de perícia de que tratam os artigos 16 e 17, do Decreto nº 69.234, de 23 de dezembro de 2024, o servidor deverá autorizar, expressamente, ao

órgão setorial e subsetorial do Sistema de Administração de Pessoal a disponibilização dos atestados médicos de que tratam o artigo 1º desta Resolução.

Parágrafo único – Aplica-se o disposto no § 5º, do artigo 16 e § 4º, do artigo 17, do Decreto nº 69.234, de 23 de dezembro de 2024, aos casos em que houver recusa da autorização de que trata o caput deste artigo.

Artigo 5º - Caberá à DPME expedir orientações sobre os procedimentos a serem adotados para a concessão de licença para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família quando o servidor estiver em trânsito, nos termos do artigo 30 e seguintes do Decreto nº 69.234, de 23 de dezembro de 2024.

Parágrafo único – Aplica-se o disposto no § 2º, do artigo 3º, do Decreto nº 69.234, de 23 de dezembro de 2024, aos casos em que o servidor estiver em trânsito, inclusive quando a solicitação for por motivo de doença em pessoa da família, desde que devidamente comprovada a internação.

Artigo 6º - O servidor poderá reassumir o exercício, a pedido, nos termos do inciso II, do artigo 24, do Decreto nº 69.234, de 23 de dezembro de 2024, mediante requisição junto ao órgão setorial ou subsetorial do Sistema de Administração de Pessoal, conforme orientação a ser expedida pela DPME.

Artigo 7º - Os procedimentos para a interposição de pedidos de reconsideração e recurso contra a decisão sobre os pedidos de licenças de que trata esta Resolução, serão definidos conforme orientações a serem expedidas pela DPME.

Artigo 8º - Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

CAIO MÁRIO PAES DE ANDRADE

Secretário de Gestão e Governo Digital